

ATA Nº 20

Ao décimo oitavo dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se pelas 18h30, em sessão ordinária, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Lordelo do e Massarelos, nas instalações da Junta, sita à Rua do Campo Alegre, 244.

Estiveram presentes:

- José Francisco Correia Narciso de Lemos Pavão (PPD/PSD)
- Carla Elisabett de Oliveira e Silva (Aqui há Porto)
- Gonçalo Soares Teixeira Norton Lages (Aqui há Porto)
- Cláudia Isabel Vergueiro Fernandes Costa (Aqui há Porto)
- Albino Bruno Silva Ramos (Aqui há Porto)
- Maria de Fátima Ferreira (Aqui Há Porto)
- José António da Rocha Pinheiro (Aqui há Porto)
- Sílvia Lopes Soares (PPD/PSD)
- Carlos Filipe Nobre (PPD/PSD)
- Sara Azevedo Vilela Montenegro (PPD/PSD)
- Ema Gabriela Rodrigues de Sousa Quinto Barcelos (PS)
- Ana Elisa de Sousa Almeida (PS)
- Octávio José Bento Gonçalves (PS)
- Albina Fernanda Monteiro Pacheco (PS)
- Casimiro António Valente Calisto (CDU)
- Olga Fernanda Cardinal Cardoso (CDU)
- Susana Salbany Constante Pereira (BE)

Foram apresentados os seguintes pedidos de substituição:

- José Pedro Faria da Fonseca (PPD/PSD), substituído por Carlos Filipe Nobre (PPD/PSD);
- Delfim Fernando Melo Ferreira de Sousa (CDU), substituído por Olga Fernanda Cardinal Cardoso (CDU);
- Joana Pereira de Magalhães Cruz (BE), substituída por Susana Salbany Constante Pereira (BE).

Após a confirmação dos membros presentes ficou constituída a mesa da Assembleia:

- Presidente - José Francisco Correia Narciso de Lemos Pavão (PPD/PSD)
- 1º Secretário - Carla Elisabett de Oliveira e Silva (Aqui há Porto)
- 2ª Secretário - Gonçalo Soares Teixeira Norton Lages (Aqui há Porto)

Presidente da Assembleia de Freguesia, cumprimentou todos os presentes e deu início à Assembleia de Freguesia ordinária, tendo passado a primeira chamada. Informou sobre a apresentação de renúncia ao mandato do membro da Assembleia de Freguesia, Maria Saraiva do PPD/PSD, a qual já tinha comunicado à líder bancária, Sílvia Soares, e a mim, mas só hoje enviou o pedido formal e não houve tempo.

Passou-se de seguida para o período antes da ordem do dia.

Período antes da ordem do dia:

Intervieram:

Cláudia Costa, Aqui Há Porto, cumprimentou todos os presentes. Interveio para solicitar licença para fazer um voto de pesar e pedir um minuto de silêncio, na sequência deste voto de pesar. Crê que todos se aperceberam que a mãe da Sra. Presidente da Junta, Sra. Ana Maria Áurea da Silva Soares Maia, faleceu no dia 21 de novembro de 2024. Gostava de endereçar, pessoalmente, à Sra. Presidente, os mais sentidos pêsames, dado que não consegui, porque estava ausente do Porto, mas é daquelas situações que aqueles que por lá passaram, sabem o quanto, efetivamente, nos magoam e a falta que nos fazem os entes queridos. Permitam-me ler aquilo que foi entregue aos presentes na missa da mãe da Sra. Presidente: “A morte não é nada; O que eu era para vocês, eu continuarei sendo; Falem comigo como sempre fizeram; Não utilizem um tom solene ou triste, continuem a rir daquilo que nos fazia rir juntos; Sorriam, pensem em mim, que o meu nome seja pronunciado como sempre foi, sem nenhum traço de sombra ou de tristeza.” Pediu a todos um minuto de silêncio.

Presidente da Assembleia de Freguesia, perguntou se havia mais inscrições para pontos de antes da ordem do dia, sendo certo que recebemos, ou terão recebido todos, os documentos enviados pelo Bloco de Esquerda. Trata-se de uma recomendação e uma moção.

Susana Pereira, BE, cumprimentou todos os presentes. Relativamente às duas propostas que trouxe, começaria pela moção. E a moção propõe que esta Assembleia de Freguesias delibere recomendar ao Executivo da Câmara Municipal, que no primeiro trimestre de 2025 promova, lance um debate alargado sobre a distribuição de competências que incluam, naturalmente, as forças políticas da cidade, juntas e uniões de freguesia, associações de moradores, coletividades e outras entidades envolvidas no processo. E se pensarmos que, a nível municipal, a distribuição de competências foi feita em áreas como ação social, a educação, entre outras, faz sentido, eventualmente, o treinamento escolar e quando aqui diz outras entidades envolvidas, o que quer dizer é que inclui também este tipo de estrutura, representantes das comunidades locais, técnicos, especialistas da administração pública e local. Esta proposta vem no encalço de uma série de reflexões que já têm vindo a ser feitas, que, com a criação da legislação que concretizou esta descentralização, estava prevista a criação, a nível nacional, de uma comissão de monitorização desta mesma descentralização. Essa comissão não tem estado em funcionamento, não há sequer resultados e parece-nos que há muitas camadas de reflexão em torno desta descentralização, incluindo a descentralização dos municípios para as freguesias, que, concretamente no Porto, não têm ainda expressão, efetiva, com exceção, daquilo que foi votado, vamos votar hoje, na última Assembleia Municipal, onde vamos estar agora aqui hoje, a descentralização da gestão de equipamentos desportivos para a junta de freguesia, que inclui a junta de freguesia, de Lordelo e Massarelos. E, portanto, aquilo que propõem é que, pelo menos no Porto, já que isto não está a ser feito, como, enfim, a nível nacional poderia estar a acontecer, e sem prejuízo, do que venha a ser feito, portanto, como podermos ver nas notícias, prevê-se que vá acontecer a partir de janeiro de 2025. Mas, independentemente disso, que o Porto faça essa reflexão sobre como é que tem estado a decorrer esse processo. E, portanto, esta junta

de freguesia recomende ao executivo, lançar este debate. Parece-nos importante, também para fortalecer os aspectos em que está a fazer sentido e em que há benefícios, digamos, fortalecer isso mesmo, nos aspectos que precisam de revisão, recomendar que a mesma seja feita. Isto, relativamente à moção, relativamente à recomendação, ela está também ligada a uma medida que, creio que seja do conhecimento de todos, na maioria, que é uma medida que, neste momento, já tem expressão a nível nacional, que é da garantia da dignidade menstrual e do combate à pobreza menstrual que é algo que as Nações Unidas, há muito tempo, que chamam a atenção, para as repercussões que isto tem nas pessoas que menstruam, nomeadamente em situações de pobreza ou de vulnerabilidade acrescida. Acontece que esta legislação está já prevista há bastante tempo, mais uma vez, ainda não não entrou em vigor, o texto escreve exatamente aquilo que têm sido os passos que têm sido dados. À partida vai arrancar agora em janeiro e, portanto, passaremos a ter nos centros de saúde e nas escolas, produtos menstruais para garantir que não há ninguém, não há nenhuma pessoa que tenha esta situação, que é natural na nossa vida, assegurada desse ponto de vista e, portanto, que ao contrário, quando não se tem assegurado, como dizem as Nações Unidas, que a situação de discriminação, de falta de dignidade, até de problemas de saúde, enfim, tudo coisas que creio que todos e todas conhecemos e estamos ocorrentes. O porquê de trazer isto à Assembleia de Freguesia? Desde logo, porque a Assembleia de Freguesia, ou a Freguesia, a Junta, enfim, esta União de Freguesias tem trabalho do ponto de vista de respostas sociais que abrange pessoas em situação sem abrigo, pessoas que consomem drogas, jovens de contextos mais vulneráveis do ponto de vista socioeconómico, etc e, portanto, cabe-nos também aqui um papel de garantir que esta dignidade menstrual seja assegurada também neste contexto, e isso faz-se de duas formas, ou de três formas, se quisermos. Uma, é articulando com as tutelas, se me permitem a expressão, quer a nível nacional, quer a nível municipal, no sentido de que se garanta que, de facto, isto tome forma. A segunda, tem a ver com estabelecer parcerias com as entidades que podem beneficiar disto ou que podem, no fundo, garantir que não há ninguém que não tenha acesso a esta medida. E, finalmente, diligenciar esforços, no sentido de, ora por ações de sensibilização, ora reforçando e apoiando quem vai pôr isto no terreno, garantir que, outra vez, todas as pessoas tenham acesso a esta mesma resposta. Como dizia, o documento contextualiza, na freguesia, a situação no que diz respeito às situações de vulnerabilidade, nomeadamente, em termos de pessoas em situação de sem-abrigo, chamar a atenção que, recentemente, o Presidente da República fez chamadas de atenção para a necessidade de respostas urgentes no que diz respeito à situação das pessoas em situação de sem-abrigo, porque os números têm aumentado significativamente. Hoje, foram apresentadas uma série de medidas do Governo, portanto, foram anunciadas, da parte que lhe toca, não vou dizer considerações porque não tive a oportunidade de perceber o que é que está ali em causa, mas o que quero dizer é que há uma preocupação generalizada com esta situação e, portanto, a proposta que aqui trazemos vai também nesse sentido. Obrigado.

Presidente da Assembleia de Freguesia, feita a exposição da recomendação e da moção, questiona se há intervenções adicionais.

Albina Pacheco, PS, cumprimentou todos os presentes. Relativamente à moção da Descentralização apresentada pelo BE, embora o tema da descentralização de competências no Porto seja obviamente importante, achamos que o momento não é o mais adequado para a realização do debate nas condições mencionadas na moção, pois as eleições autárquicas aproximam-se e, isso não vai permitir um debate sereno e por essa razão irão abster-se.

Gabriela Barcelos, PS, cumprimentou todos os presentes. Relativamente à recomendação sobre o acesso a produtos de higiene menstrual, nós iremos votar a favor, pois a pobreza menstrual é uma questão de saúde pública e social e toda a ajuda é bem vinda. No entanto, nós temos uma dúvida relativamente ao ponto 4 da 2ª página, uma vez que nós não conseguimos confirmar se é a junta de freguesia que vai assegurar a distribuição dos produtos de higiene menstrual que o Governo vai dar, uma vez que é uma questão do Governo anterior. Por isso, queríamos saber se podia esclarecer.

Susana Constante, BE, o que está previsto na medida é que é através da Direção-Geral de Saúde que os produtos são distribuídos, nas escolas e nos centros de saúde como dizia. Quando aqui colocamos assegurar a distribuição gratuita, é a Junta no seu papel assegurar que a Direção-Geral de Saúde o está de fato a fazer, não retirando que possa, no sentido de assegurar essa distribuição gratuita envidar esforços, está aqui implícito, em nosso entender, para que, vamos dar um exemplo, a sala de consumo assistido, creio, que isto já está a ser assegurado na sala de consumo assistido, mas não tenho a certeza. E portanto, a Junta de Freguesia não tem que afetar recursos orçamentais a isto, mas, pode, envidar esforços no sentido de articular com o consórcio, com o próprio centro de saúde, com a Câmara Municipal se for preciso chegar a esse ponto, para garantir que isso acontece. E quem diz isso diz as equipas de rua que acompanham pessoas em situações em abrigo, portanto, não é no sentido de pôr a Junta a afetar recursos financeiros porque isto está a ser assegurado de outra via, mas onde possa faltar, outra vez, envidar esforços para que seja assegurado.

Presidente da Assembleia de Freguesia, não havendo mais pronunciamentos, passamos à nossa fase de votação, começando pela moção, até porque a recomendação nós temos estado a votar e assim continuaremos, mas não seria obrigatória. Mas passamos então à votação da moção, uma vez que foi a primeira a ser aqui exposta e considerada. Pergunto votos a favor para a moção sobre debate sobre a descentralização de competências no Porto, aqui apresentada pelo Bloco de Esquerda. Votos a favor.

Coloca a votação a Moção “ Debate sobre a Descentralização de Competências no Porto”

Favor – 3 (2 CDU; 1 BE)

Contra – 9 (4 PSD; 5 AQUI HÁ PORTO)

Abstenções – 5 (4 PS; 1 AQUI HÁ PORTO)

Colocada a votação a Recomendação “Pela garantia de acesso a produtos de higiene menstrual gratuitos e dignidade menstrual na freguesia”

Favor – 7 (2 CDU; 1 BE; 4 PS)

Contra - 6 (3 AQUI HÁ PORTO; 3 PSD)

Abstenções – 4 (1 PSD; 3 AQUI HÁ PORTO)

Período da ordem do dia:

Ponto um – Aprovação da ata da Assembleia de Freguesia (26 de setembro de 2024)

Intervieram:

Presidente da Assembleia de Freguesia, não havendo mais intervenções, passamos à ordem de trabalhos da qual constam oito pontos, sendo o primeiro ponto a aprovação da ata da assembleia anterior do dia 26 de setembro de 2024, ata nº 19. Estiveram presentes um conjunto de membros desta assembleia e quem não esteve, não a pode votar. Também tiveram oportunidade, de a ter lido e fazer as devidas correções. Questiono se existe alguma correção ou sugestão de melhoria que queiram acrescentar. Não havendo, passamos à sua votação.

Coloca a votação o ponto um:

Favor – 14 (4 AQUI HÁ PORTO; 4 PSD; 4 PS; 1 CDU; 1 BE)

Contra - 0

Abstenções - 0

Ponto dois - Apreciação e votação da minuta do contrato interadministrativo do orçamento colaborativo 2025.

Presidente da Assembleia de Freguesia, questiona a Sra Presidente da Junta se deseja intervir e não havendo, questiono os grupos aqui presentes se querem fazer alguma intervenção sobre este segundo ponto.

Intervieram:

Gabriela Barcelos, PS, interveio para informar que vão votar a favor, uma vez que acham ser muito importante a possibilidade de participação de todas as pessoas singulares, coletivas públicas, ou privadas, com sede estatutária na freguesia ou delegação oficial na freguesia, que se proponham desenvolver o seu projeto de candidatura, exclusivamente no território da freguesia, em projetos que sejam benéficos para os fregueses e para a união de freguesias.

Susana Pereira, BE, interveio para informar que vão manter o voto da abstenção mas que esta é uma votação que não tem a ver com a importância que reconhecemos deste programa, da forma como responde a necessidades concretas de projetos, enfim, entendemos que possam tomar forma na freguesia, mas tem a ver com o modelo de programa como temos dito quer aqui, quer na assembleia municipal, o facto de se chamar um orçamento colaborativo a isto, no nosso entender, induz em erro, relativamente ao que isto de facto é. Porque um orçamento colaborativo, do ponto de vista técnico, se fizemos um paramento conceitual e gráfico remete para um orçamento participativo e aquilo que temos aqui não é um orçamento participativo, no nosso entender, implica ter uma votação significativa que possa ter impactos relevantes nas comunidades, estar acompanhados de programas de

capacitação da comunidade para garantir que todos possam participar de forma informada e quando digo todos, não é não apenas organizações e estruturas mas também pessoas no geral, enfim entre outros aspectos, normalmente, um orçamento participativo, se de facto participativo, começa a ser preparado com as comunidades, com as pessoas, no terreno, com um ano de antecedência, para depois ser refletido no próprio orçamento, não é algo de novo, já o temos dito e é apenas por essa razão que nos abtemos.

Presidente da Assembleia de Freguesia, não havendo mais intervenções, colocou a votação o ponto dois.

Coloca a votação o ponto dois:

Favor – 16 (6 AQUI HÁ PORTO; 4 PSD; 2 CDU; 4 PS)

Contra - 0

Abstenções – 1 (1 BE)

Ponto três - Apreciação e votação da minuta do contrato interadministrativo e de delegação de competências para 2025.

Intervieram:

Octávio Bento, PS, cumprimentou todos os presentes. Concordamos, neste pressupostos, em função dos benefícios para a nossa população, pois a delegação de competências traz uma maior relação de proximidade entre a população e as entidades responsáveis, tendo assim conhecimento dos problemas e necessidades sentidas no terreno pelos fregueses. Por isso, o PS vota a favor, pela aproximação das decisões aos cidadãos, plasmou-se na melhoria da coesão social, melhorando deste modo a qualidade dos serviços prestados à freguesia, utilizando de forma eficaz todos os recursos disponíveis.

Susana Pereira, BE, interveio para informar que vai votar favoravelmente, relativamente a este ponto, fazendo nota, que parece importante que o façamos, pois é o segundo contrato interadministrativo que tem um aumento relativamente aos anteriores. Neste caso, de 3% e tinha sido aquilo que inclusive tinha sido negociado, acordado com o município e, no entender do BE, este aumento fica aquém das necessidades das freguesias e desta freguesia em concreto. Já o dissemos aqui, creio que ano passado, no contexto da discussão do orçamento ou mesmo este ano, no contexto da discussão das contas, com o aumento da despesa, ou seja, dos custos, em face da inflação, que estes 3% ficam, definitivamente, aquém do que seria necessário. E, apesar de ter sido anunciado que o aumento para as freguesias é maior do que este, porque se está assim a incluir o orçamento colaborativo e o fundo de apoio ao associativismo, naquilo que é considerado o aumento da transferência para as freguesias, mas como temos dito, esse não é um aumento real porque aquilo que acontece, aliás já sugerimos aqui, que na apresentação das contas e quando digo as contas não é só as contas relativamente ao ano anterior é a forma como se apresentam. A relação financeira da freguesia que tivesse uma expressão clara da forma como esta verba entra e sai, porque isto torna claro que não é isso, que não é uma verba que fica para a freguesia e que, portanto,

sustentaria se ficasse mais a capacidade de resposta das freguesias.

Coloca a votação o ponto três: "Apreciação e votação do contrato interadministrativo de delegação de competências para 2025"

Aprovado por unanimidade.

Ponto quatro - Apreciação e votação da minuta do contrato interadministrativo e de delegação de competências – Gestão de Equipamentos Polidesportivos de Exterior

Intervieram:

Vogal do Executivo, Miguel Guimarães, cumprimentou todos os presentes. Interveio para esclarecer sobre este assunto e na primeira conversa tida com a Câmara Municipal, foi dito que a Câmara iria realizar as obras e só depois passava a gestão à Junta e a Junta poderia passar às associações que estivessem interessadas. Acha que isso era o que fazia mais sentido. No entanto, as coisas alteraram-se e a Câmara Municipal transferiu uma verba, no nosso caso, de 138.152,46 euros, que vai ser distribuída por dois ringues, o ringue do Bairro Pinheiro de Torres e o da Associação de Moradores da Zona do Campo Alegre. Nós é que iremos ter que fazer a contratação pública e a fiscalização de obra, sendo que a Junta tem muito menos recursos que a Câmara para efetuar esse tipo de situações. No entanto, temos de avançar, pois quem seria prejudicado, era isto ou nada. Portanto, os ringues que vão ser requalificados, são estes dois, os outros quatro ringues, o da Pasteleira Nova, fica como está, o das Condominhas vão ser reconvertidas em jardim e vão aumentar o equipamento desportivo e o parque infantil, no Bairro de Vilar o ringue vai ser demolido, e vai ser reconvertido em jardim. No Santíssimo Sacramento, vai-se fazer uma cedência de direito de superfície. A Câmara vai passar o ringue para o Santíssimo Sacramento, exatamente porque aquilo está dentro do recinto deles, está vedado ao público, e vai ser isso que vai acontecer. Falta só mencionar que, como vocês também sabem, a Câmara depois vai alocar 5.000,00 euros anuais para cada ringue para fazer a gestão. Nós vamos realizar a obra, sendo entregue a gestão dos ringues à Associação de Moradores de Pinheiro de Torres e à Associação de Moradores do Campo Alegre.

Casimiro Calisto, CDU, cumprimentou todos os presentes. Vão se abster, porque, exatamente como foi dito, achamos que isto vem tarde e a más horas, mas veio. Percebe que haja essa vontade de não deixar as coisas morrerem ou ficarem paradas mais algum tempo, porque esta requalificação é exigida pelos moradores há muito tempo, que será quem irá usufruir desses espaços. Mas, achamos que a Câmara não está a trabalhar bem, porque a Câmara, com os meios que tem, com o Know-how, poderia requalificar e depois entregar a gestão às juntas. Não é um presente envenenado, mas é um buraco que pode ser mais fundo ou menos fundo, de acordo com a gestão que as juntas têm. Vamos abster-nos, neste caso, porque também não temos vontade de votar contra, porque, afinal de contas, o princípio que deve ser resolvido é o interesse dos fregueses, mas acho que isso podia ter tido outra dinâmica, começar mais cedo, para quando o mandato estivesse a acabar, as obras estarem prontas. Se calhar, estranharam não ter falado, no orçamento colaborativo, nem no contrato interadministrativo. Mas é só para dizer que honra seja feita a esta Junta, porque nós sabemos, temos obviamente a nossa forma de estar coletiva, temos reuniões entre vários eleitos, em muitas freguesias, esta junta é modelo, comparativamente a outras, que até têm

documentos martelados, e nós não falámos, não vale a pena falar, mas está certo, Votámos a favor do orçamento colaborativo e da delegação de competências, e, agora, vamos abstermo-nos, porque achamos que é a posição correta, face ao interesse da população, e também ao mau desempenho da Câmara.

Gabriela Barcelos, PS, interveio para informar que o PS vota a favor, pois esta medida vai ao encontro das nossas preocupações relativas às melhorias dos ringues da freguesia, conforme as sugestões do PS. Nesse caso, o facto de ser através da junta de freguesia é uma mais-valia acrescida, pois a junta conhece melhor as necessidades dos fregueses e da união de freguesias. No entanto, nós gostaríamos de saber se, ao requalificar o ringue, do Pinheiro Torres e do Campo Alegre, se depois desta requalificação, as crianças vão continuar a poder aceder e a usufruir livremente deste espaço sem marcação ou autorização, ou se vai ter que ser feita depois uma marcação quando houver a requalificação.

Vogal da Junta, Miguel Guimarães, agradece a questão, mas, no entanto, como vão passar a gestão para as associações, depois caberá às mesmas decidir como irão gerir o espaço. Mas eu acho que há sensibilidade, e as associações têm muita proximidade com a população local, irão ter a sensibilidade, eventualmente, de haver horas em que o acesso é livre, horas em que, se calhar, vai ser por marcação. Portanto, acho que isso é uma questão que as associações, sendo figuras de proximidade à população, irão ter essa sensibilidade.

Susana Pereira, BE, relativamente a este ponto, nós iremos manter a votação que tivemos na Assembleia Municipal, iremos votar a favor. Na verdade, agradecer a contextualização que na segunda-feira, na Assembleia Municipal, confesso que tinha um pouco a expectativa de que os presidentes de junta, eu compreendo que, como têm que usar o tempo de grupos, poderia não ser preferível, por uma questão de gestão de tempo, fazê-lo, mas sente falta que os presidentes de junta pudessem dizer, posicionar-se, como acabou de ser aqui feito, relativamente ao que está aqui em causa. Porque, mesmo do ponto de vista da fatia orçamental que está aqui envolvida, tínhamos essa dúvida, até quanto é que isto responde ao que é necessário. Digo não só a questão dos 5 mil euros que está previsto, mas também quando é o caso, em que a junta tem que garantir a execução das obras, os valores em causa. E, portanto, vou deixar a minha solidariedade com as preocupações que aqui foram levantadas, evidentemente, mas manteremos o voto a favor, porque nos parece que é importante não só pela medida concreta, como porque é um primeiro sinal de que é possível fazer a distribuição de competências do município para as comunidades. E esta reflexão sobre que competências podem ser transferidas, é urgente fazer. Infelizmente, esta Assembleia não subscreve essa necessidade na sua maioria, a proposta que fizemos foi rejeitada, mas é urgente percebermos para que competências é que seria possível dar este passo. E, portanto, o BE vota a favor. Queria só fazer uma nota, também agradecer a questão relativamente ao acesso e a informação de que vão ser as associações de moradores a gerir. Acho que é muito interessante, que assim seja. Mas, relativamente, a esta questão do acesso, propor, imagino que seja o que vai acontecer, mas seja como for, que ainda que seja a associação ou cada associação a fazer essa gestão e a ter os seus critérios, que a junta de freguesia, se fosse dar o caso de perceber que esse acesso não está a ser garantido, que interceda no sentido de que, num equipamento público, a descentralização é para a junta, que faz uma espécie de sub descentralização para as associações, mas temos aqui os princípios de espaço público, de acesso a toda a gente, garantidos.

Silvia Soares, PSD, cumprimentou todos os presentes. Agradeceu ao executivo que nos veio explicar o que está a ser feito e votam favoravelmente a esta proposta. Efetivamente, não é fácil, o processo não foi fácil. É um processo que, como aqui foi descrito, é complexo, teve um vai e vem de situações, mas chegamos a esta altura e vale sempre a pena ter aqui dois ringues que estavam identificados já com necessidades de intervenção. Também verificar que o executivo fez o seu trabalho, identificou, fez o levantamento de necessidades, avaliou com as associações que, aqui também dizer que, concordo com esta garantia que os equipamentos vão ser geridos por alguém que conhece as necessidades. Felicitar o executivo, por este trabalho, por ter aceite este desafio. Não deixar cair, por encontrar dificuldades, mas sim concretizar, apesar das dificuldades. Obrigada.

Presidente da Junta, Sofia Maia, cumprimentou todos os presentes. Em relação a este ponto, e concordando com tudo o que foi dito pelo meu colega Miguel Guimarães, é uma situação um bocadinho complexa, por isso é que eu quis vir no fim, não quis estar a interferir, porque os meus colegas do executivo sabem, e na Câmara também, que eu fui sempre muito resistente a esta situação e à sua aceitação. Isto, não porque seja contra, como é lógico, a requalificação dos ringues, muito pelo contrário. Há 12 anos que ando com este tema. E, efetivamente, compreendo, e, falando mais politicamente, sei que há acordos que tinham de ser cumpridos e que, se calhar, tiveram de ser cumpridos, e bem, acho que é positivo. O que não é positivo e daí a minha resistência e algumas discussões, no bom sentido da palavra, foi a forma como nos foi apresentado, com o timing, e pior do que isso, que eu, por exemplo, estarei cá mais oito a nove meses e não vou poder acompanhar isto. Em relação às questões que fazem sobre as associações, é lógico, na minha vontade, serão às associações que serão entregues, mas eu não posso falar de quem vem a seguir porque, há uma coisa que é certa, eu não estarei cá. É algo importante, mas o timing não é o momento e, mesmo nós, conforme falava da descentralização, posso falar à vontade e não falei na Assembleia Municipal na segunda-feira e quem me conhece, sabe que eu sou a primeira a defender as freguesias, de propósito. Porque quero ser leal até ao último dia. E é em relação a esta situação, tive várias discussões com os representantes da Câmara, porque eu concordo com a sua proposta que é preciso fazer um estudo e descentralizar, e eu sou a primeira pessoa a dizer isso na ANAFRE, em relação às freguesias. Não concordo com o timing e acho que os municípios não estão a fazer, nem estão a olhar para as freguesias como deve ser, claro que agora, a partir de janeiro, em campanha, vão olhar. Mas, até lá, não olham. O timing é que, efetivamente, eu também, se fosse a votar, abstinha-me. Mesmo o timing para fazer estas contratações todas é complicado, porque o nosso dia-a-dia não é fácil, nós não temos uma equipa de contratação pública, não temos um fiscal. Deve haver muitas situações que estão a ser feitas, muitas delas até por acordos políticos, mas sem saberem o dia-a-dia das juntas de freguesias. O meu colega Miguel acompanhou-me, assim como o Sr. Tesoureiro, em várias reuniões e a única situação aqui é que como é que nós vamos fazer estas contratações públicas? Como é que vamos fiscalizar obras? Em sete ou oito meses. Já não vou ser eu a inaugurar. Para mim não me interessa uma inauguração, a mim interessa-me é que realmente isto fique bem feito e sabe-se lá quem vem a seguir se vem com outras situações. O timing não era este, claro que eu disse sim, não ia dizer que não, porque é um ponto muito positivo para as associações, mas tem de se começar a fazer as coisas com cabeça, tronco e membros. Porque, mesmo quem vem aqui à Assembleia de Freguesia, quem vai à Assembleia Municipal, o problema é que não sabe o dia-a-dia de uma junta de freguesia. E com uma junta de freguesia, neste momento, por mim, se não fosse pela lealdade e se não

fosse pelas associações, eu não faria isto. Não faria isto por estas razões, porque para se fazer mal feito, não se pode fazer. Nós podemos ter problemas, inclusive jurídicos, por causa de uma situação que temos de estar agora a fazer a correr. E queria deixar esta explicação como Presidente Junta e que votei favoravelmente no executivo, acho que realmente os meus colegas tenho que louvar, estiveram muito bem comigo, porque conseguiram dar a volta, principalmente ali o Miguel. Porque nós vamos aprovar isto, mas o que vem a seguir não vai ser fácil. Sei que não vai ser, mas estaremos cá e seremos resilientes e iremos dar o nosso melhor. Em relação às associações, eu acho que é importante só dar aqui um pequeno toque, já que já há as pessoas que me vão perguntando na rua, desde segunda-feira, que é; estas cinco associações, nós falamos com todas e Campo Alegre e Pinheiro Torres quiseram assumir e fizeram obras, Pasteleira Nova não assumiu condições; Vilar não havia condições para fazer o ringue, Condominhas, foi aquela que mais me perguntaram. As Condominhas, nós temos um e-mail que foi enviado para a Câmara em como não tinham interesse em ficar com o ringue. Foi uma opção da associação e está por escrito. Se vocês quiserem, nós podemos disponibilizar esse e-mail. O Santíssimo Sacramento já é deles, é uma situação à parte. Por isso, se vocês quiserem, e como poderá suscitar algumas dúvidas em relação à Associação das Condominhas, que penso que será a mais complexa neste grupo, nós podemos disponibilizar o e-mail que temos deles em como eles não têm interesse na requalificação do ringue, não querem o ringue e preferem um parque infantil e um jardim com equipamentos desportivos.

Mas se vocês quiserem, nós disponibilizamos, porque com certeza, nas várias forças políticas e mesmo vocês, acho que vão perguntar, o que é normal que eu também perguntaria, principalmente, em relação à Associação de Moradores das Condominhas. Em relação aos ringues, sim, pelo que ouvi e fico muito agradada, vai passar, vamos para a frente e vamos pensar que iremos fazer umas recuperações que são bem necessárias. É lógico que foi um passo que foi dado e, há aqui uma coisa que não posso deixar de dizer, que foi a que mais me debati, que não foi ficarmos com os ringues, foi precisamente aquilo que o Miguel disse, as obras, o meu problema não é ficar com os ringues e depois entregá-los às associações e tratar. A grande questão é que nos foi dito desde sempre, foi que ou a Domus Scial ou a Go Porto iriam fazer as obras dos ringues e bem, que eles têm uma estrutura que nós não temos e que nos iriam entregar os ringues. Aqui, o que foi mais complicado, e, se calhar, fui o presidente de Junta que mais contestei, foi efetivamente, estarem a entregar-nos este tipo de obras públicas nesta altura do campeonato.

Colocado a votação o ponto quatro:

Favor – 15 (4 PS; 1 BE; 6 AQUI HÁ PORTO; 4 PSD)

Contra – 2 (CDU)

Abstenções - 0

Ponto cinco - “Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2025.”

Intervieram:

Técnico Oficial de Contas, Nelson Trindade, cumprimentou todos os presentes. Temos aqui mais um orçamento, o primeiro no novo normativo, vamos ter a questão da revisão das contas, mas a nível orçamental vai-se manter como está hoje. Vamos ter orçamento, plano

plurianual e despesa. A nível de demonstração de resultados do balanço previsional, as autarquias estão dispensadas. Em abril, teremos mapas adicionais. Vamos manter a mesma estrutura, as grandes opções, as normas regulamentares, o orçamento propriamente dito e depois, nos respetivos anexos, vamos ter os mapas orçamentais. Nesses anexos vou pedir para os serviços administrativos vos reenviarem o mapa de orçamento plurianual e o mapa das despesas, porque nós estivemos nos últimos dias a tentar ajustar algumas das ações que nos enviaram e há uns pequenos ajustes sendo que o global do orçamento está igual, a nível de valor. A nível de orçamento, vamos falar, efetivamente, de algumas atualizações, mas o que importa aqui é que a nossa despesa foi atualizada em 2,3%, consoante aquilo que o orçamento de Estado indica. E as despesas com o pessoal já foram corrigidas para o aumento previsional nas tabelas remuneratórias. Tentamos também já prever algumas das alterações de escalão que irão acontecer com o SIADAP. Então, neste caso, o orçamento vai ser um orçamento de 1.859.069.98€, ou seja, tem um aumento de 13.73% e uma variação de 224.451,37 euros.. Temos a questão do contrato interadministrativo dos ringues que é uma situação pontual que não voltará a repetir-se. Ainda não recebemos por isso, temos em orçamento o mesmo valor que estamos a assistir na aprovação no ponto anterior. A nível de receita, temos então um forte aumento nas transferências correntes. numa análise mais pormenorizada, vemos que a DGAL aumentou 29.588 euros, e o município, fruto daquele contrato interadministrativo, aumentou 164.000,00 euros. As verbas da segurança social têm aqui uma projeção face ao arrecadado e face aos apoios extraordinários que foram falados de um aumento também de 19.188,00 euros. Por isso, aqui a nossa justificação para este aumento de orçamento, inclusive nas transferências correntes. A nível de despesa, temos o nosso orçamento, 91.30% do nosso orçamento em despesas correntes e 8.70%, este ano, um bocadinho mais elevado, com mais de 148.000,00 euros que ainda sem incorporação do saldo de gerência, mas que se justifica pela inclusão do contrato interadministrativo de reparação dos ringues que já está aqui previsto. Acresce a esta situação, isto foi uma conversa que tivemos que ter entre Executivo e Orçamentação e, tudo indica que a Câmara é capaz de entregar esta verba ainda no final do ano. Para todos os efeitos, a nível orçamental, na data deste orçamento, a verba ainda não caiu. Se ela for recebida, vai transitar, por conta do saldo de gerência, como ficou determinado, no próximo ano, se tivermos que desorçamentar a verba da Câmara, por contrapartida do saldo de gerência. Com esta situação, o que é que se consegue? Conseguimos, a nível de contratação, todo o processo a receber no imediato. A nível percentual, 91% do nosso orçamento são despesas correntes, desses 91%, 43% são despesas com pessoal, 33,53% é de aquisição de bens e serviços. Comparativamente, o que é que nós aqui temos? Estamos em linha com as despesas com pessoal de 2024, a nível percentual, , o orçamento também aumentou, e a nível da aquisição de bens e serviços, temos uma percentagem inferior ao orçamento de 2024. Em 2024, temos 521, representando 32,14%. Reforço nas transferências correntes, dentro daquilo que é a nossa distribuição global. A nível das atividades orgânicas, a administração local, onde se encontra toda a atividade e todos os apoios, com 59,23% e um total de despesas de 1.101.000,00 euros Serviços administrativos com 348.000, Cemitério com 76.000, Centro Social da Arrábida com 190.000, representando 10%. Espaço cidadão com 71, e Centro de Convívio, mais ou menos com o mesmo valor. Os centros sociais representam, 14,6% do orçamento e o valor orçamentado, ascende a 162.000 da Segurança Social, recebemos 167. Principais indicadores: 8,7% do nosso orçamento vem do Orçamento Colaborativo, 6,45% do Fundo de Associativismo e 7,92% da gestão dos equipamentos polidesportivos. Despesas com pessoal representam 39%, com uma variação positiva de 24.000, aquisição de bens e serviços 30,62%, com uma variação positiva de 48.000. O

Orçamento de Estado aumentou 29,588, o Município, corrigindo esta situação que falámos do apoio ao equipamento polidesportivo, aumentou 164 mil mas, cuidado, isto não se vai repetir. Temos, então, como indicadores finais, as nossas atividades sociais representam 6,78% do nosso orçamento, com 126.050,00 euros, com uma variação de 10.52%, em relação ao ano passado. As atividades culturais com 7.52, variação positiva de mais 15%. As actividades desportivas com uma variação positiva de 18%, em relação ao ano passado. E, as atividades educacionais com uma variação positiva de 14.39%. O Apoio ao Associativismo, retirando o protocolo (o que vem de receita da Câmara para financiamento, não está aqui, isto é tudo receita DGAL) o apoio ao Associativismo representa 53.942,00 euros do orçamento, com uma variação de 5,73%. O apoio aos jovens 2.02%, que representa 37.500,00 euros. Apoio aos idosos 261 mil euros, com 14.09% do orçamento, com uma variação de 9,23%. Estes números só são possíveis com o aumento da DGAL que representou 6%. Sendo que tivemos um aumento com pessoal de 3% e O aumento da Câmara foi de 3%, aumento nas atividades foi de 11%.

Susana Pereira, BE, para colocar duas questões e a primeira tem a ver com o que explicou a certa altura de que, tinha sido feito um esforço de acumular as propostas das contas políticas, no contexto da justiça, do direito à protecção, e eu não encontrei isto. Portanto, perguntar expressamente e diretamente se as propostas do Bloco de Esquerda estão contempladas e chamar a atenção para o que é que são estas propostas. Portanto, são propostas que nós já tínhamos feitas, já tínhamos aprovadas, mas que não vimos concretizadas, nomeadamente a implementação de um plano de sensibilização das bicicletas no espaço escolar e a criação de um comitê de acessibilidades, criando um comitê que vai fazer um levantamento de necessidades sobre as acessibilidades, concretamente pensando nas pessoas com deficiência na freguesia. E depois fizemos ainda umas propostas dessas novas, por assim dizer, concretamente a questão da transmissão das sessões da assembleia de freguesia, não podemos deixar de votar com nota negativa, o facto de estarmos no final de 2024, quando se celebram os 50 anos do 25 de abril, e não serem ainda transmitidas reuniões desta Assembleia. Sabemos que isto está a ser discutido noutras Assembleias, onde ainda não é, noutras, já é. E tínhamos ficado, inclusive, enquanto Assembleia de freguesia, de fazer uma reunião para estudar este assunto e ter informação relativamente ao mesmo. Enfim, pronto, feito este à parte, para que seja possível alguma afetação de recursos que poderá ter de ser feita e, portanto, reiteramos a proposta no estatuto de direito de oposição. E, igualmente, a questão da política que promova direita de influência das mulheres, nomeadamente na visibilização na freguesia de mulheres com percurso urbano, estamos a falar de **???? NÃO PERCEPTÍVEL ???**, ou outro tipo de campanhas em que isto possa ter expressão, e na existência de um serviço de apoio e encaminhamento em situações de violência doméstica e no namoro. Provavelmente em articulação, com quem também já faz isto, mas, basicamente, estas foram as propostas que nós submetemos e, como foi feita esta referência, gostaríamos de saber se de facto elas estão integradas no orçamento. E depois, duas perguntas técnicas; se fiz bem as contas, a percentagem de verba que vem do orçamento colaborativo, do fundo de apoio ao associativismo e, agora, da gestão de equipamentos polidesportivos do exterior, corresponde, neste orçamento, a quase 22% no total, quanto pude perceber. Ou seja, um quinto do orçamento é para verba que não é para o orçamento da junta de freguesia, é para atividades que, outra vez, como eu dizia, entra e sai. Portanto, só pedia essa confirmação. E, depois, neste quadro das atividades, uma sugestão que eu acho que ajudava é, como dizemos, que esta apresentação dos 6%, 7%, enfim, 1%,

2%, etc., é no orçamento global. De repente, parece que estas percentagens são pouco, mas ajuda, há uma parte de estrutura da freguesia, se conseguíssemos ter uma leitura de dentro da atividade, qual é que é a percentagem, não sei se me estou a fazer entender, se calhar tínhamos aqui uma leitura mais substancial disto mesmo que estão à procura de dizer. A atividade social e cultural tem aqui uma fatia significativa. E, depois, uma pergunta que é, o apoio aos idosos, se não mesmo até o apoio aos jovens, mas ficamos pelos idosos, não está nas atividades de carácter social ou até cultural? E porquê que está aqui desagregado? Porquê que há esta desagregação público-alvo? Só que se faz uma política. Obrigada.

Albina Pacheco, PS, cumprimentou todos os presentes. Em relação ao ponto cinco, vamos optar pela abstenção. Há aspectos que concordamos, em relação a outros, não somos tão favoráveis. No entanto, gostaria de sublinhar, uma medida que tem aqui. A formulação do website da União de Freguesias, acho importante que potenciase a acessibilidade dos fregueses, alguns procedimentos e informações pertinentes. Do mesmo modo, destaco positivamente o ponto da página 14, "O meu livro, minha leitura", dinamizar, junto dos utentes, a leitura encenada de livros. Por exemplo, contos tradicionais ou clássicos. É o público a quem se dirige? Este ponto encontra-se na rubrica atual, a de ação social? Na minha opinião, faz mais sentido constar na rubrica educação ou cultura. Mas fica ao vosso critério. Muito obrigada.

Casimiro Calisto, CDU, vamos votar pela abstenção. Obviamente, que há muita coisa que foi tida em conta e que estava na proposta que apresentámos. Obviamente, que o plano de atividades é uma série de medidas que podem ou não ser levadas à prática.

Algo aqui a realçar, pelo menos na minha perspectiva, que é a questão de aparecer aqui a gestão e manutenção da Residência Sénior Partilhada, acho que isso é destes tempos modernos mas o que queria perceber, se isto está em funcionamento, onde é que é;

Outra questão que eu também queria também realçar como positiva é a referência à reabertura da ligação da passagem na Rua das Sobreiras. É uma questão que debato muito aqui, pois foi aprovada aqui na Assembleia de Freguesia e também foi aprovada na Assembleia Municipal. E não é por teimosia da CDU, é porque as pessoas lá da zona falam-me nisso. A Doutora, na altura, fez-nos chegarr o relatório do Superintendente Leitão da Silva e obviamente que eu acho que ele está equivocado, pelo menos naquela reunião que tivemos a 27 de setembro, eu fiz questão de dizer isso. Mostrou-se fotografias do que estava em causa. Acho que ele estava, não de forma deliberada, confuso com a situação. E fiz questão de lhe escrever e ele recebeu-me. Obviamente que não chegámos a acordo, porque embora ele, na sessão pública que tivemos no Salão da Cultura, tenha dito que era contra as cercas, contra os bloqueios, defendeu isso para aquele caso e fiquei mais desiludido quando no final da minha contestação, naquele momento com o Comissário, lá na Polícia Municipal, ele veio dizer que tinha dúvidas se aquele espaço era público.

Acho que foi argumento de ocasião, porque, rebobinando o filme, já estou aqui nisto há muitos anos, ainda as freguesias estavam desagregadas e obviamente perante uma utilização bastante intensa daquela zona, pessoal que saía da pousada da juventude e deslocava-se pela marginal, a junta, tenho o exemplar do relatório de atividade, queria a iluminação daquilo e a melhoria do percurso.

Portanto, foi a continuação de uma luta que penso que o PSD também estava interessado. Na altura, foi aqui dito pela Dra. Ana Povo que era ponto de honra do PSD que aquela situação fosse resolvida. Ainda bem que a junta tem, no seu plano de atividade, na página

25, essa situação, diz que pretende que aquilo caminho seja reaberto.

E uma coisa que também queria realçar é que nós apontamos aquela questão das lombas dissuasoras de trânsito, vi que está também na página 21 e acho que seria de apontar, eu não falei isso no período antes da ordem do dia, mas deveria apontar, porque há muita gente a queixar-se disso, que é na rotunda de Bessa Leite. Na chegada à rotunda de Bessa Leite, quem vem da Ponta da Arrábida e vai entrar na rotunda, há gente que vem extremamente lançada e acho que se calhar era um sítio para se estudar, não digo o que fazer, mas era um sítio para se estudar algo que limitasse a velocidade. E aquela questão no Bairro da Escola das Condominhas, apesar de ter só um sentido, há gente que circula a alta velocidade, pelo que as lombas também reclamadas.

Em relação ao orçamento, sabe-se que o orçamento tem valores previstos, mas há toda uma flexibilidade, há toda uma gestão que se faz durante o ano e queremos que continuem a ser bem utilizadas as verbas, para o interesse dos fregueses.

Sara Montenegro, PSD, cumprimentou todos os presentes. Antes de mais, queremos congratular-vos pela apresentação e pela elaboração do orçamento. Queríamos só dizer que, votaremos favoravelmente este orçamento, e reconhecemos o esforço às respostas das reais necessidades da nossa freguesia e das famílias que aqui residem. É um documento que reflete os valores da proximidade, da equidade e da responsabilidade social, especialmente pelo acolhimento das propostas que apresentamos e que se encontram devidamente integradas. Estas propostas, alinham-se com o nosso compromisso em trabalhar continuamente para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Nós manifestamos o nosso inequívoco apoio ao documento agora apresentado, reiteramos a satisfação pelo reconhecimento e inclusão destas várias propostas. E, representam não só uma vitória para a nossa visão política, mas acima de tudo para a qualidade de vida da freguesia de Lordelo do Ouro e Massarelos. Acreditamos que este diálogo contínuo e construtivo deve ser um alicerce da nossa atuação, enquanto órgão de proximidade, e, portanto, na medida em que o votaremos favoravelmente, queremos só dizer os aspectos a destacar e o que gostaríamos de sublinhar são os seguintes: nós demos atenção às famílias e aos idosos, com as medidas que reforçam os apoios sociais e os serviços essenciais, principalmente, os idosos que são uma faixa etária esquecida há muitos anos. Damos apoio à juventude e à educação, com os investimentos e atividades em infraestruturas que promovem o desenvolvimento dos jovens. E, no espaço público e a segurança, com as ações direcionadas à maioria dos espaços comuns e ao aumento da segurança para todos. Por isso, achamos que este orçamento é mais um passo importante na construção de uma freguesia mais forte, solidária e mais preparada para os desafios que aí vêm e, enquanto partido, continuaremos vigilantes na implementação das medidas, garantindo que os objetivos alinhados sejam cumpridos. Muito obrigada.

Cláudia Costa, Aqui Há Porto, interveio apenas para dizer que, efetivamente uma vez mais neste orçamento, aquilo que a Sara acabou de referir agora que é a preocupação do social, a preocupação pelos idosos e pelas nossas crianças. Especialmente, gostaria de referir a questão dos idosos porque, tal como se ouviu aqui, é efetivamente uma parte da população esquecida e que esta junta de freguesia acarinha especialmente, gostaria de deixar aqui o meu apreço pelo facto de isto estar contemplado, nunca contemplado como gostaríamos, mas contemplado e portanto, obviamente, nós vamos votar a favor.

Técnico Oficial de Contas, Nelson Trindade, inicialmente tinha preparado o orçamento do ponto de vista de contas, política, logicamente, já não é comigo. Todas as vossas propostas têm imputação orçamental para serem feitas. Tem de haver as condições políticas para que elas possam ser executadas, o orçamento contempla quase tudo. Agora duas questões, em todo o caso, estive aqui rapidamente a tentar fazer aqui uns quadros, aquilo que não é nosso, 22.44% se percebi bem e tem toda a lógica, porque é que eu vou ver percentualmente, sobre um orçamento que não é nosso? Se eu retirar estes 22.44%, o que nós temos, é a ação social, que passa de 6.72% para 8.74%. A cultura, passa de 7.52% para 9.70%, ou seja, globalmente nós passamos todas estas atividades de 35% do nosso orçamento, para 45%. Acho que é bastante louvável, o esforço que o executivo e vocês fiizeram, com cada contributo. Porque é que apoio a jovens, apoio a idosos está diferente do apoio social? Eu até diria que é tudo apoio social, mas estas duas rubricas centram-se, fundamentalmente, nas transferências, ou seja, nós temos os subsídios. Enquanto que, as outras são englobadas na aquisição de serviços. Estas, são apoios diretos, associativismo, jovens e idosos que têm a ver com instituições.

Presidente da Junta, Sofia Maia, antes de mais muito obrigada por todos os comentários positivos que são uma mais valia para nós, é sempre muito bom ver as vossas propostas aqui na Assembleia de Freguesia. Em relação ao que a Susana disse do comitê das acessibilidades e da transmissão da Assembleia de Freguesia, salvo erro, está feito um pedido, conforme foi aprovado e pedido aqui pelo Sr. Presidente, à CCDDR-N, sobre a situação da transmissão da Assembleia de Freguesia que havia sempre esta dúvida, pois existe mais que um parecer. Por mim, pelo executivo e o Sr. Presidente falará, não tenho qualquer questão a nível da transmissão da Assembleia de Freguesia. Até ia dizer que, se calhar, ia ter o público mais em casa, mas já que não temos público aqui, assim, pode ser que ao menos em casa, vejam. Não há qualquer questão, por mim, desde que seja legal, por causa do RGPD; em relação à rubrica, o Dr. Nelson já explicou, muitas coisas entram em trabalhos especializados, as vossas propostas estão integradas, todas elas para mim são uma mais valia; em relação às mulheres, como sabe eu agora até na ANAFRE, faço parte de uma situação em relação às mulheres autárquicas, a nível nacional, ando a dar o meu testemunho por vários sítios e também tentar trazer as mulheres um pouco para a política. Sou completamente a favor, de todas as atividades que se possa fazer sobre a violência das mulheres, violência no namoro inclusive, ainda no sábado, falava como acho que era importante até haver uma cota-parte mesmo para as mulheres que são monoparentais, que são mais sozinhas, acho que nessa parte tudo aquilo que nos puderem trazer eu puder fazer, faço. Às vezes, o problema, é timing e pessoas para fazer tanta coisa. A nível de uma freguesia acho que, futuramente, temos que pensar em ter juntas de freguesia como há em Lisboa, porque tem um grupo que consegue ter orçamentos para ter adjuntos e vários grupos, o que é uma grande mais-valia para um executivo. Pois, neste momento, nas juntas, tirando a freguesia da cidade de Lisboa que tem cerca de 7 ou 8 milhões de orçamento, tem uma estrutura completamente diferente da nossa, mas sim claro que faz todo o sentido; há aqui também uma grande diferença do nosso orçamento de freguesias para as outras freguesias a nível nacional, porque nós somos a única freguesia que tem centro de dia e centro de convívio. Ou seja, aqui ainda temos esta situação, daí também algumas rubricas serem um bocadinho diferentes do que são noutros sítios. Casa Partilhada, finalmente. Vai ser na Pasteleira Velha. Gostaríamos muito de ter oferecido esta prenda a essas pessoas, mas infelizmente por questões burocráticas da água e da luz não conseguimos. A água vai ser colocada no dia 20, não será uma prenda de Natal, mas será com certeza com muito gosto

uma prenda de Ano Novo e pelo menos já temos duas senhoras. As nossas assistentes sociais estão a ver uma terceira pessoa. Mas, para já, temos duas senhoras para a casa partilhada e espero que a Domus Social nos dê mais casas que são realmente uma mais-valia para isto. Em relação ao orçamento, também por vários fatores, que não vale a pena estar aqui a mencionar, também temos, hoje em dia, mais receitas, temos mais receitas das entidades públicas, os nossos equipamentos, também dão mais receitas. Neste momento, não temos questões de dívidas, ou seja, neste momento está um orçamento que tem tudo, dentro dos seus limites, para a freguesia poder fazer várias situações e cada vez mais. Há aqui uma situação que vocês me vão questionar em abril, mas que eu posso ir logo dizendo, que ainda não conseguimos fazer, e não é por falta de força de vontade, ainda hoje andei com arquitetos e engenheiros que se chamam obras. Eu sei que vocês irão perguntar mas já vou antecipando uns meses. As nossas obras na Junta de Freguesia de Lordelo e aqui, também, no Salão Nobre, estão em cima da mesa todos os dias, mas, infelizmente, por questões do universo, talvez. Não sei muito bem quem possa dizer isto, este ano surgiu-nos uma situação um pouco delicada, conforme surgiu no primeiro ano que eu entrei para aqui. Efetivamente, complicou-nos o dia-a-dia e que não nos deu propriamente uma margem. Gostava de ter feito mais, confesso, nesta área, tentei não afetar as outras mas, infelizmente, afetamos esta área, porque é uma área muito complexa, é preciso orçamentos, arquitetos, é preciso toda uma estrutura complexa mas que eu irei fazer tudo por tudo eu e a minha equipa, para podermos ter este salão e a Junta de Freguesia de Lordelo do Ouro, antes de outubro com dignidade para as populações. E, realmente, entre tribunais, advogados, papéis que nos foram pedidos, realmente, houve um primeiro semestre muito difícil para a Freguesia e que pessoalmente me custa um pouco não ter cumprido aquilo que eu mais queria, mas são situações que acontecem e que agora teremos que levar para a frente. E, agora, durante 8 meses, teremos todos, e todo o nosso executivo, terá de fazer um esforço acrescido. Em relação ao social, à educação, como sabem, é algo que está sempre em primeiro plano. Aliás, o Sr. contabilista, tem sempre um bocadinho de receio, quando vem reunir comigo, que tanto o social, como a educação, nós tentamos ter sempre como prioridade e vê-se agora pelas escolas. Nós demos mais 6 euros para cada menino da escola primária para fazerem a sua festinha, demos livros, pais natais. A nível social, demos quase 500 cabazes. A nível das associações, tudo o que nos foi pedido, mesmo a nível de festas, nessa parte estou de consciência tranquila, fiz tudo o que podia ser feito. Ainda agora, temos mais atividades na área social, na área da educação, no próximo ano e sei que nessa situação está a correr bem e fazemos o melhor que nós podemos e que, se houver algo, estaremos sempre aqui disponíveis. Realmente, a outra parte do investimento, é a parte que vamos todos tentar em conjunto para mais um bocadinho para ver se realmente conseguimos, que mesmo para mim era muito positivo, sair com a obra feita e espero também conseguir cortar mais essas duas fitas. E estamos sempre aqui e disponíveis, para vocês também interagirem mais, participarem mais e serem uma mais-valia.

Susana Pereira, BE, interveio para se posicionar relativamente ao orçamento e fazer nota de que este é o último orçamento da junta. E, neste caso, a Senhora Presidente à frente da Junta de Freguesia. E, nesse sentido, deixar uma linha da reflexão que fazia, ou da antecipação de informação que fazia, a expectativa ou a sugestão que seja, na apresentação de contas do próximo ano, que se possa fazer uma apresentação de contas evolutiva. Eu diria, até aos 12 anos, de 2013 a 2025, Porque passámos por questões complicadas e acho que também isso ficar inscrito, parece-me que seria importante. Em 2013, a Junta herdou uma situação complicada e acho que vale a pena, também, contar essa história e fechar

esse ciclo também com essa mesma informação. Esta proposta de orçamento apresenta medidas que reconhecemos como importantes, também, fazem com que nós nos vamos abster, portanto, outra vez como noutras ocasiões, é uma forma de viabilização. Não votamos a favor, porque este não é o nosso orçamento e se estivesse o Bloco de Esquerda à frente da junta de freguesia, aquilo que seria aqui apresentado teria outros contornos. Em alguns aspectos, eventualmente, contornos em comum. Também sabemos que, ao nível das freguesias, aquilo que é resposta concreta que se pode oferecer às pessoas, não pode variar muito, mesmo pelos constrangimentos orçamentais e das próprias competências das freguesias, mas enfim, como digo, não é o nosso orçamento, não votamos a favor, mas vamos abster-nos. Aproveito, desde já, para dizer que no ponto seguinte, que é o ponto de mapa do pessoal. Eu entendo, se me permite posicionar, entendo que ele está associado a este mesmo orçamento, vamos votar a favor, porque ele enquadra questões de direitos laborais. No ponto relativo ao auditor externo, que nos parece, aliás até pelas razões há pouco enunciadas, questões complicadas, que é uma medida importante. Mas, sendo as opções inerentes a esta medida, são de quem está a frente da Junta, razão pela qual nos vamos abster. Aproveito, porque não irei intervir mais no resto da noite, para desejar a todos e a todas boas festas.

José Pinheiro, Aqui Há Porto, interveio para endereçar os cumprimentos e dar os parabéns ao Executivo e, venho mais uma vez, demonstrar que somos uma Assembleia diferente de todas as outras, porque, até no orçamento, temos propostas de todos os partidos. Democraticamente, isto é óbvio. Temos a capacidade de dialogar, de aceitar propostas, de colocar nos orçamentos, E, transversalmente, em qualquer ideologia e a preocupação deste Executivo e desta freguesia é o associativismo, as pessoas e não as ideologias. Era só isto que eu tinha que dizer, este orçamento é prova disto e o executivo está de parabéns. Obrigado.

Colocado a votação ponto 5:

Favor – 10 (6 AQUI HÁ PORTO; 4 PSD)

Contra - 0

Abstenções – 7 (2 CDU; 1 BE; 4 PS)

Ponto 6 - Apreciação e votação do Mapa de Pessoal 2025;

Albina Pacheco, PS, interveio para colocar uma pergunta sobre a página cinco, quadro da secretaria geral, está indicado na categoria Educadora de Infância, mas a área funcional e a função, refere-se à função administrativa.

Tesoureiro da Junta, Luís Grabulho, cumprimentou os presentes. A Junta de Freguesia, tem nos quadros, três educadoras de infância, tendo uma se aposentado em maio, afeta ao espaço cidadão. As outras, à secretaria.

Colocado a votação ponto 6:

Aprovado por unanimidade.

Ponto 7 - Nomeação do Auditor Externo - Artº 77 da Lei das Finanças Locais (Lei 73/2013, de 3 de setembro)

Cláudia Costa, Aqui Há Porto, interveio apenas para pedir à Senhora Presidente e ao Executivo, se pudessem dar uma vista de olhos no documento que nos enviaram, que tem algumas desconformidades, nomeadamente, no que diz respeito ao valor dos honorários a pagar na proposta de orçamento. Podem ver que, ora fala em mensal, ora fala em anual, isto pode vir a trazer confusões. E ora é apresentado com IVA, ora é apresentado sem IVA. Portanto, acho que não há grande necessidade de termos este documento com estes pequenos lapsos, são chamados lapsos materiais de escrita, que em direito, são nos termos do artigo 249 do Código Civil, são corrigíveis a todo o tempo. E, portanto, eu agradecia que fossem corrigidos para não resultar daí uma confusão. Era só, obrigada.

Técnico Oficial de Contas, Nelson Trindade, a revisora terá um custo anual de, 6.125,40€, sendo o valor mensal de 415€ + IVA e é pago semestralmente, aquando da entrega do respetivo relatório. E, possivelmente, se fizermos uma assembleia extraordinária, é entregue o primeiro relatório semestral. 6.125,40€ com IVA, anuais pagos em duas vezes.

Presidente da Assembleia de Freguesia, feito o esclarecimento, não havendo outras dúvidas, fica então nomeado o auditor externo por proposta do Executivo da Junta. Passamos ao ponto 8, que também não é alvo de votação, apenas de apreciação.

Ponto 8 - Apreciação da Informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade desta e da situação financeira da freguesia, nos termos da alínea e) do nº 2, do do artigo 9º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, relativa aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2024.

Casimiro Calisto, CDU, como visto várias camisolas, queria aqui deixar nota que a junta tem colaborado muito com a NDMALO, só mencionam aqui um apoio e acho que tiveram importância em três eventos, Descarbonização, 50 anos de 25 de Abril e no espetáculo do dia 23.

Cláudia Costa, Aqui Há Porto, venho falar, não exatamente sobre o documento, mas sobre a atividade do Executivo. Porque, aquilo que é esta atividade, estará seguramente espelhada neste documento, porque, seguindo a junta de freguesia no Facebook, vamos percebendo, efetivamente, que tem uma atividade muito grande. Que se reflete nas várias coisas que faz, voltamos sempre à mesma questão, com os idosos, com as crianças e com os fregueses em geral. Isto é manifesto, quase que não seria preciso, nem necessário, a mim não foi, não foi necessário ver o documento, porque é manifesto e temos no dia a dia, esta participação. Portanto, era apenas para me congratular. Não tendo visto o documento, com aquilo que é a atividade desta junta, no dia a dia, que estará seguramente refletido neste documento.

Presidente da Junta, Sofia Maia, realmente a informação trimestral só foi na segunda-feira, porque isto é tanta informação, tanto documento, nesta altura, que, realmente, se eu fosse a fazer a informação trimestral do que faço todos os dias, não chegava uma resma de papel. Por isso, tentei aqui selecionar algumas coisas e, realmente, algumas falharam. Mas, o que

interessa, é que eu estive presente e apoiamos. Uma coisa aqui que também está em falta, eu só reparei há pouco, é o subsídio anual que nós damos a todas as associações. Quero também dizer que foi atribuído um subsídio anual a todas as associações, que foi pago agora na segunda-feira, todas elas, com exceção de uma ou outra, que não têm atividade correta, não têm a documentação correta. Em relação a passeios, escolas, o que eu vos posso dizer é que está bem espelhado, portanto, irá estar no relatório de contas, e também nas nossas atividades, como diz a Cláudia, com o Facebook. Só no sábado e domingo, tive que ir a oito eventos apoiados por nós. Mas é para isso que estamos aqui, é conforme disse o meu colega José Pinheiro, é pelas pessoas. Espero que continuem sempre assim, a pensar e a estar, que realmente uma freguesia são as pessoas, não são as ideologias. Eu sempre tentei pôr isso em primeiro lugar, porque eu acho que é muito importante. Acho que sempre consegui, e espero conseguir daqui para a frente também, e acho que é isso que é importante. E, como estamos na altura do Natal, é sempre também bom, não posso deixar de agradecer ao meu executivo, que, nesse aspecto, esteve sempre comigo, mesmo nas minhas situações, muito, muito, muito sociais. Às vezes dizem uma ou outra coisa, mas depois corre bem e aceitam aquela minha parte, mais humana, e que é para isso que nós estamos, é para fazer as pessoas felizes, é para fazer os outros felizes. E, ao fazer os outros felizes, somos muito felizes. Obrigada, um bom Natal. Há algumas pessoas que ainda vou ver amanhã no nosso almoço, a esses até amanhã. Aos outros, um bom Natal, um bom ano, pelo menos espero que seja um ano em grande, pelo menos, para mim, espero que seja um ano melhor. Não tive o melhor ano, mas a vida continua. Obrigada.

Presidente da Assembleia de Freguesia, a mesa apresenta as Boas Festas e um feliz Ano a todos, com muita saúde, muita paz, que seja politicamente bem promissor para todos, já que temos eleições autárquicas no próximo ano de 2025. E, por isso, votos de muitas felicidades e sucessos políticos, pessoais, profissionais e saúde.

Por fim, e não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão, tendo sido lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da mesa da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.

Presidente da Mesa, Francisco Pavão

1º secretário, Carla Silva

2º secretário, Gonçalo Lages